

Posicionamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências em relação ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 212/2015, do Senado Federal, que visa disciplinar a profissão de cientista.

Por meio do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015, há a possibilidade de o Senado Federal vir a disciplinar a profissão de cientista.

Desde já, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) manifestam sua posição contrária à matéria. E as razões para isso são várias.

A primeira delas é que, nos campos profissional e trabalhista, a atividade científica no Brasil está satisfatoriamente equacionada, inclusive seguindo os modelos e padrões dos países que se destacam nessa área.

A palavra cientista foi proposta pela primeira vez em 1840, pelo matemático William Whewell, em seu livro “A filosofia das ciências indutivas”. Ele descreveu o cientista como quem cultiva a ciência em geral: “como o artista é um músico, um pintor ou um poeta, o cientista é um matemático, um físico ou um naturalista”.

Assim, em sentido amplo, cientista é quem está envolvido no exercício de uma atividade sistemática para gerar conhecimento. Já em sentido mais restrito, de acordo com Isaac Newton, cientista se refere a um indivíduo que usa o método científico. Pode-se concluir, então, que a principal função do cientista é realizar pesquisas para entender a complexidade da natureza, incluindo as dimensões física, biológica, matemática e social do ambiente ou do objeto analisado.

Assim como no resto do mundo, os nossos cientistas estão presentes, basicamente, em três segmentos: nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas.

Nas universidades, tanto públicas como privadas, em razão da nossa Lei de Diretrizes e Bases para a educação, as atividades de pesquisa científica, bem como as de extensão de serviços à comunidade, estão umbilicalmente ligadas à docência, perfazendo o tripé

“ensino, pesquisa e extensão” como atividades indissociáveis da instituição universitária brasileira.

Uma vez que a função precípua da universidade é formar recursos humanos para a sociedade e para o País, os profissionais dedicados à realização de suas atividades-fim são contratados como docentes. Temos, portanto, um modelo universitário em que nossos professores são também cientistas – ou seja, se abastecem de conhecimento, tanto tradicional como novo, e produzem eles próprios novos conhecimentos, para repassá-los a seus alunos.

O mérito é um dado inerente à condição do docente-pesquisador, uma vez que o ingresso e a ascensão na carreira estão atrelados ao grau de titulação: mestre, doutor ou livre-docente.

Nos institutos de pesquisa há uma situação também estabelecida e em funcionamento há muitos anos. Os institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que formam um expressivo conjunto em nível nacional, com mais de vinte unidades, contam com as carreiras de pesquisador (destinada aos profissionais que se dedicam a atividades mais relacionadas à ciência básica) e de tecnologista (ocupada pelos que se dedicam a atividades mais relacionadas ao desenvolvimento tecnológico). Tanto no caso de pesquisadores como no de tecnologistas, as carreiras estão organizadas em três níveis.

Nos institutos de pesquisa mantidos por entes estaduais, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), em São Paulo, prevalece a carreira de pesquisador, também com níveis de progressão de I a III. No Instituto Butantã também há a carreira de pesquisador, nos níveis I a IV. A mesma situação se repete na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde o pessoal da área científica é contratado como pesquisador, igualmente com possibilidade de progressão na carreira.

Já nas empresas que realizam atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) o cenário é mais diverso, uma vez que cada empresa se organiza de maneira própria em termos de denominação de cargos e funções.

Na Petrobras, por exemplo, que é a empresa que emprega o maior número de pesquisadores no País, os físicos podem ser alocados nas carreiras de Analista de Pesquisa Operacional ou de Analista de Sistemas. Já os biólogos, vão para a carreira de Analista Ambiental. Os químicos, por sua vez, ocupam vagas como Analistas de Sistemas ou Químicos de Petróleo. Ou seja, para cada tipo de formação há uma ou mais carreiras possíveis.

Na Embraer, há uma carreira para engenheiros e outra para as demais especialidades. Nesse último caso, químicos, físicos e matemáticos, por exemplo, são alocados como desenvolvedores de produtos.

Na Vale, os profissionais de diferentes formações são contratados como pesquisadores, denominados conforme seu nível de especialização: assistentes, adjuntos, associados e titulares.

Há que se registrar, inclusive, a existência de legislação federal – Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem – que concede incentivos fiscais para as empresas que contratam mestres e doutores para a realização de atividades de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Adequada à diversidade do ambiente empresarial, a Lei do Bem não vincula os incentivos, que ocorrem na forma de redução de impostos e tributos federais, a denominações profissionais (“cientista”, “pesquisador”, “inventor”) mas sim às atividades de P&D que serão realizadas pelos profissionais contratados.

Como se vê, tanto nas universidades e institutos de pesquisa, como também nas empresas, quer públicas ou privadas, os pesquisadores científicos são reconhecidos pelas atividades que realizam.

Na medida em que as instituições de ciência e tecnologia foram sendo criadas no Brasil, e, depois, também empresas passaram a realizar atividades de P&D, foram-se definindo carreiras profissionais adequadas às características e à natureza de cada tipo de instituição. Com isso, a atividade profissional relacionada à ciência no Brasil espelha um mosaico dinâmico, em que cada segmento (universidade, instituto de pesquisa ou empresa) teve liberdade para definir suas próprias carreiras. E, tão importante quanto, há que se ressaltar que essa forma de organização possibilita um diálogo e uma

interação profissional e institucional entre todos os segmentos. Na verdade, ao se observar o fazer científico no Brasil como um todo, é fácil notar que há um sistema caracterizado pela complementaridade advinda das particularidades de cada subsistema. Da perspectiva nacional, temos que as carreiras profissionais científicas das universidades, dos institutos de pesquisa e das empresas não se confrontam entre si, não se negam, não se excluem e nem se contradizem, mas, sim, se complementam. Com isso, proporcionam ao país conquistas importantes, não só no campo científico, mas também no econômico e social.

JOVEM, DINÂMICA E PRODUTIVA

A ciência é uma atividade recente no Brasil: começou a ser feita de uma maneira organizada, porém timidamente, há pouco mais de 70 anos. Impulso significativo ocorreu apenas nos anos 1950, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e na década de 1960, com a instituição da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Somente a partir de então é que a ciência brasileira passou a ser feita de forma sistêmica e com visão nacional. São Paulo inaugurou seu subsistema de amparo à pesquisa em 1962, mas foi seguido pelos demais estados somente duas décadas depois, num processo que abrange hoje todas as unidades da federação.

A nossa pós-graduação, instrumento universal para a formação de pesquisadores, surgiu timidamente em meados da década de 1940 e ganhou impulso vigoroso vinte anos depois. Por sua vez, a atividade de pesquisa foi associada ao ensino superior – ou seja, como prática obrigatória nas universidades – em 1961.

O nosso sistema universitário também é de constituição recente. Nos moldes atuais, surgiu na década de 1930 e teve sua expansão a partir da segunda metade do século passado. Hoje há universidades federais em todos os Estados, sendo que muitos deles contam também com subsistemas próprios.

Os institutos de pesquisa, caracterizados por vocações específicas (Instituto Agrônomo; Instituto Biológico, Instituto de Pesquisa Espaciais; Instituto de Matemática Pura e Aplicada; ...), começaram a ser criados no século 19. Hoje estão

presentes em todo o país, mantidos pelos governos federal e estaduais, e também por entes privados.

Apesar da juventude de sua ciência e de percalços naturais em qualquer processo, o ponto fundamental é que o Brasil conta hoje com um amplo e dinâmico sistema de produção científica, que proporciona importantes contribuições para o desenvolvimento do país e para o avanço da ciência mundial.

Os quadros a seguir exemplificam a atuação do Brasil no campo da ciência.

– QUADRO I –

Artigos publicados em revistas científicas internacionais, indexadas - 2013

Rank	Country	Papers	% of total papers in the world
1	USA	378.625	27,0
2	CHINA	219.281	15,6
3	GERMANY	102.271	7,3
4	ENGLAND	94.660	6,8
5	JAPAN	78.447	5,6
6	FRANCE	70.732	5,0
7	CANADA	62.804	4,5
8	ITALY	61.963	4,4
9	SPAIN	55.096	3,9
10	AUSTRALIA	53.296	3,8
11	INDIA	51.660	3,7
12	SOUTH KOREA	51.051	3,6
13	BRAZIL	38.523	2,7
14	NETHERLANDS	37.570	2,7
15	RUSSIA	29.077	2,1
16	TAIWAN	27.699	2,0
17	SWITZERLAND	27.325	1,9
18	TURKEY	25.510	1,8
19	IRAN	25.415	1,8
20	SWEDEN	24.416	1,7

Fonte:

O Quadro I mostra que o Brasil ocupa a 13ª posição entre os países que mais produzem ciência no mundo. Com isso, superamos a Holanda e a Rússia, países com maior tradição em termos de produção científica global. Para se ter uma medida da expansão vivida pela ciência brasileira, em 1990 nossos pesquisadores publicaram 3.539 artigos de reconhecimento internacional, o equivalente a 0,63% da produção mundial. Hoje, com mais de 38 mil artigos anuais, produzimos 2,7% da ciência mundial. Trata-se de uma participação expressiva, considerando, principalmente, que o sistema

brasileiro de ciência e tecnologia ainda está em evolução. A previsão é que, nos próximos anos, o Brasil passe a ocupar posições ainda de maior destaque no cenário mundial de produção de novos conhecimentos.

O Quadro II, a seguir, mostra que há áreas do conhecimento em que o Brasil já ocupa grande destaque mundial. Esses dados refletem um conjunto de fatores: investimentos constantes em pesquisa, tanto da parte do governo federal como dos governos estaduais; ampliação permanente na formação de recursos humanos; contribuição da ciência para a economia e o desenvolvimento social, e forte internacionalização da ciência brasileira.

– QUADRO II –
**Percentual dos trabalhos publicados de acordo com a área de conhecimento
em relação à produção mundial (base de dados JCR, 2009 a 2013)**

Nº	Áreas	% Brasil in world scientific published papers				
		2009	2010	2011	2012	2013
1	Agricultural Sciences	11,0	10,9	11,6	10,8	10,6
2	Plant & Animal Science	6,2	6,4	6,5	6,7	7,2
3	Microbiology	3,6	3,3	3,7	3,9	4,0
4	Immunology	2,7	3,1	3,0	3,2	3,4
5	Environment/Ecology	2,8	3,1	3,4	3,2	3,4
6	Pharmacology & Toxicology	3,5	3,1	3,3	3,2	3,1
7	Clinical Medicine	3,0	3,1	3,2	3,1	2,9
8	Biology & Biochemistry	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
9	Space Science	1,9	2,6	2,3	2,2	2,6
10	Neuroscience & Behavior	2,5	2,3	2,2	2,3	2,4
11	Molecular Biology & Genetics	1,9	2,1	2,1	2,2	2,4
12	Multidisciplinary	1,5	1,3	2,1	2,3	2,3
13	Physics	2,0	1,9	2,0	2,3	2,2
14	Social Sciences, General	2,4	2,4	2,5	2,7	2,2
15	Mathematics	1,8	2,0	2,1	1,9	2,1
16	Chemistry	1,9	1,9	1,8	1,9	2,0
17	Geosciences	1,7	1,8	1,9	1,7	1,7
18	Computer Science	1,3	1,4	1,5	1,5	1,7
19	Engineering	1,6	1,5	1,5	1,6	1,6
20	Materials Science	1,7	1,6	1,4	1,6	1,5
21	Psychiatry/Psychology	1,4	1,5	1,3	1,5	1,4
22	Economics & Business	1,1	1,1	1,0	1,1	1,1

Fonte:

O Quadro III reúne informações sobre a produção científica no Brasil, na América Latina e no mundo, em 22 áreas do conhecimento. Os dados revelam a imensa presença da ciência brasileira diante da produção científica na América Latina. Em 16 das 22 áreas, o Brasil responde por mais da metade dos artigos publicados pelo

conjunto dos pesquisadores latino-americanos. No caso das ciências agrárias, nossa produção científica chega a representar quase 70% da produção científica latino-americana.

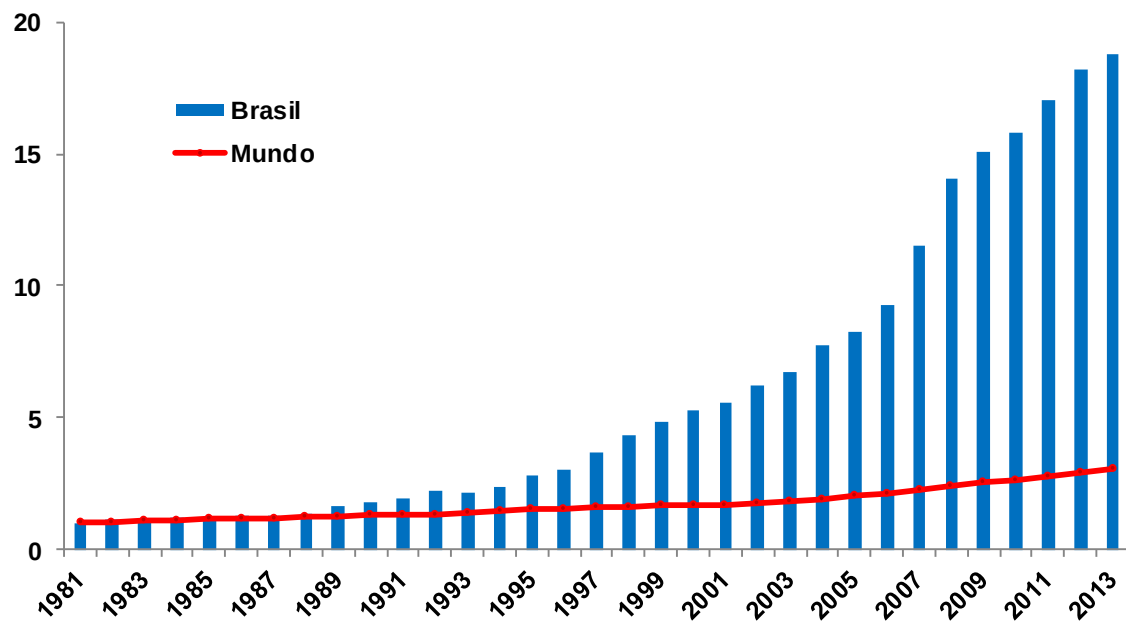
Já o Quadro IV é o melhor espelho da pujança da ciência brasileira. Enquanto a produção científica mundial cresceu uma vez e meia em pouco mais de trinta anos, nesse período a ciência brasileira cresceu mais de 15 vezes. Esses números são reveladores de que, enquanto nos países desenvolvidos a produção científica está praticamente estável, no Brasil essa produção está em franca evolução.

– QUADRO III –
**Trabalhos publicados pelo Brasil, América Latina e mundo,
 de acordo com a área de conhecimento (base de dados JCR 2013)**

Nr.	Área	Brazil	Latin America	World	Brasil relative to Latin America (%)
1	Agricultural Sciences	4.010	5.736	37.811	69,9
2	Clinical Medicine	7.567	11.049	256.699	68,5
3	Pharmacology & Toxicology	1.123	1.811	36.538	62,0
4	Neuroscience & Behavior	1.195	2.008	50.097	59,5
5	Molecular Biology & Genetics	1.016	1.730	42.814	58,7
6	Materials Science	1.113	1.986	73.553	56,0
7	Plant & Animal Science	4.779	8.611	66.493	55,5
8	Psychiatry/Psychology	547	988	38.018	55,4
9	Chemistry	3.063	5.738	155.999	53,4
10	Computer Science	568	1.066	34.245	53,3
11	Multidisciplinary	83	156	3.602	53,2
12	Microbiology	772	1.453	19.486	53,1
13	Social Sciences, General	1.767	3.337	81.514	53,0
14	Biology & Biochemistry	1.822	3.488	68.967	52,2
15	Physics	2.503	4.828	112.940	51,8
16	Immunology	831	1.619	24.375	51,3
17	Mathematics	838	1.731	40.573	48,4
18	Environment/Ecology	1.461	3.306	43.234	44,2
19	Engineering	1.814	4.175	114.456	43,4
20	Economics & Business	279	694	24.296	40,2
21	Geosciences	736	1.965	42.336	37,5
22	Space Science	367	1.417	13.900	25,9

Fonte:

– QUADRO IV –
Comparação dos índices de crescimento da produção científica
brasileira e da produção científica mundial (1981 a 2013)



Fonte: MCTI

CIÊNCIA, CIENTISTAS E GERAÇÃO DE RIQUEZA

O desenvolvimento da ciência brasileira não ocorreu apenas no âmbito do próprio campo científico – nacional, latino-americano ou global. A ciência brasileira se expandiu também para fora dos muros da academia, chegando ao ambiente empresarial e, com isso, ajudando o país a gerar riquezas de forma expressiva.

São exemplos dessa atuação extramuros da ciência três segmentos econômicos em que o Brasil se destaca mundialmente: petróleo, aeronáutico e agropecuário.

O êxito da Petrobras para descobrir e prospectar petróleo em poços situados a milhares de metros de profundidade se deve às atividades de ciência, tecnologia e inovação praticadas pela própria empresa, em seus próprios laboratórios, e também à colaboração de dezenas de universidades e institutos de pesquisa espalhados pelo país. A descoberta e a exploração do pré-sal só se tornaram possíveis com o trabalho conjunto e articulado dos pesquisadores da Petrobras com os pesquisadores dessas instituições – a complementaridade a que nos referimos anteriormente. Em outra forma de dizer, o trabalho dos engenheiros da Petrobras é complementado com o trabalho de base científica realizado pelos docentes das universidades e pelo trabalho de base tecnológica realizado pelos pesquisadores dos institutos de pesquisa.

No segmento aeronáutico, o modelo é similar. A Embraer se tornou uma das maiores fabricantes de avião do mundo porque somou competências internas com competências externas na área de Pesquisa & Desenvolvimento. No caso, os engenheiros da Embraer têm como principais parceiros os docentes do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e os pesquisadores de outras unidades do Centro de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, além de pesquisadores de institutos de pesquisa como IPT, de São Paulo.

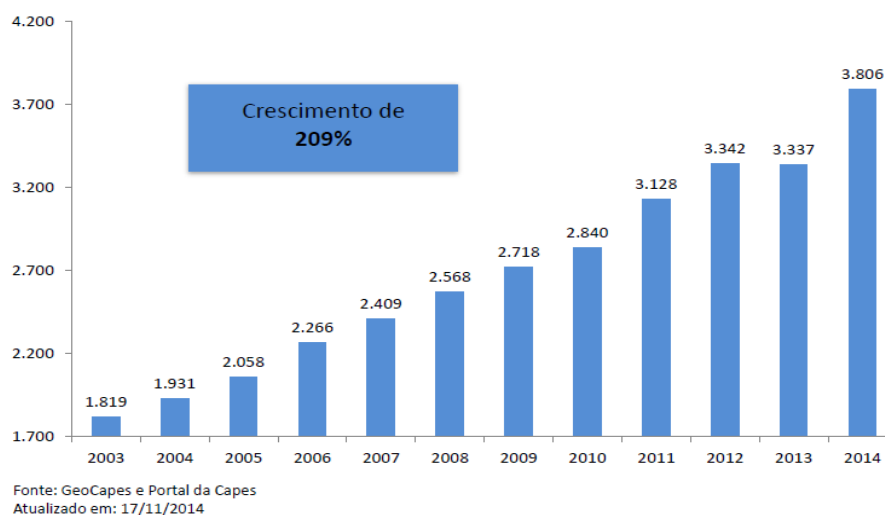
O modelo se repete com o mesmo êxito no segmento agropecuário, mesmo que este tenha uma configuração diferente dos demais. Enquanto nos segmentos de petróleo e aeronáutico há a presença de uma empresa âncora – Petrobras e Embraer – com objetivos claros de mercado, no agropecuário os agentes de mercado são milhares de

empresas rurais e agroindustriais presentes em todo o país. Nesse caso, o papel de destaque cabe à Embrapa, que complementa suas atividades de P&D com o trabalho de docentes de universidades e de engenheiros agrônomos, biólogos, veterinários e zootécnicos, dentre outros profissionais, que atuam nas empresas de natureza agrária ou pecuária. Como resultado da somatória do trabalho desses profissionais todos, o Brasil – que há pouco mais de trinta anos era um importador de alimentos – se posiciona hoje entre os líderes mundiais na produção de grãos, frutas e carnes.

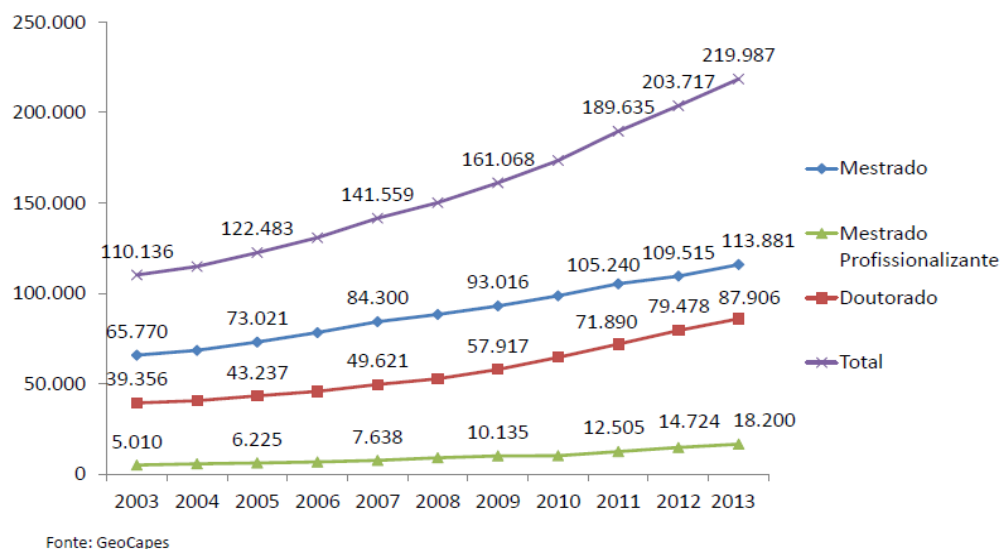
PÓS GRADUÇÃO: UM SISTEMA MODELAR DE FORMAÇÃO

Um dos principais fatores de sucesso da ciência brasileira é seu sistema de pós-graduação *stricto sensu*. Os quadros a seguir mostram o quanto a pós-graduação brasileira vem evoluindo.

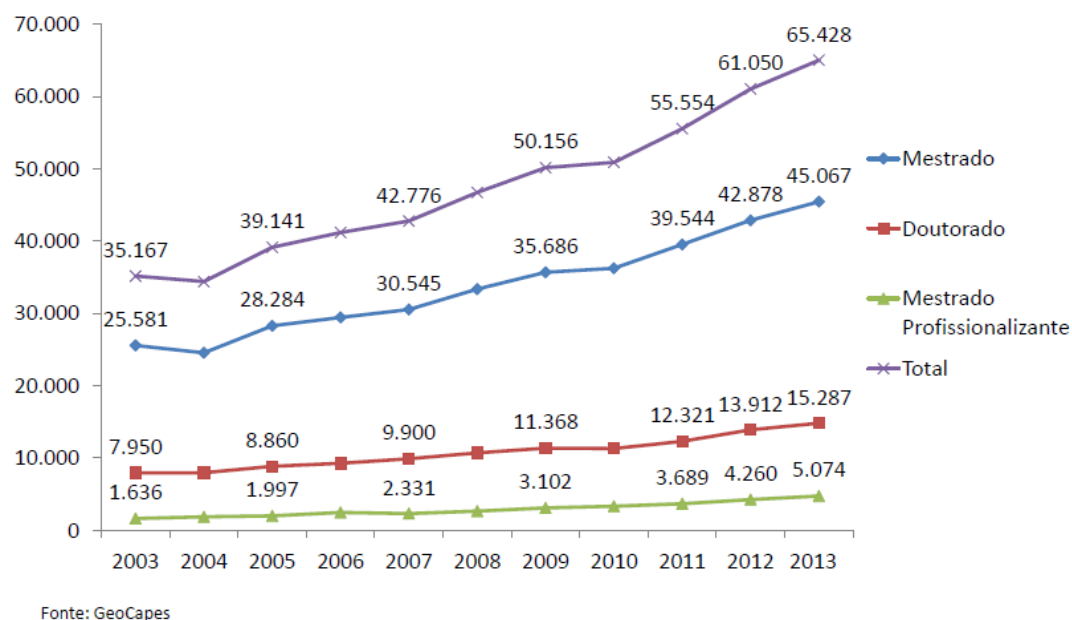
– QUADRO V –
Evolução dos programas de pós-graduação no Brasil



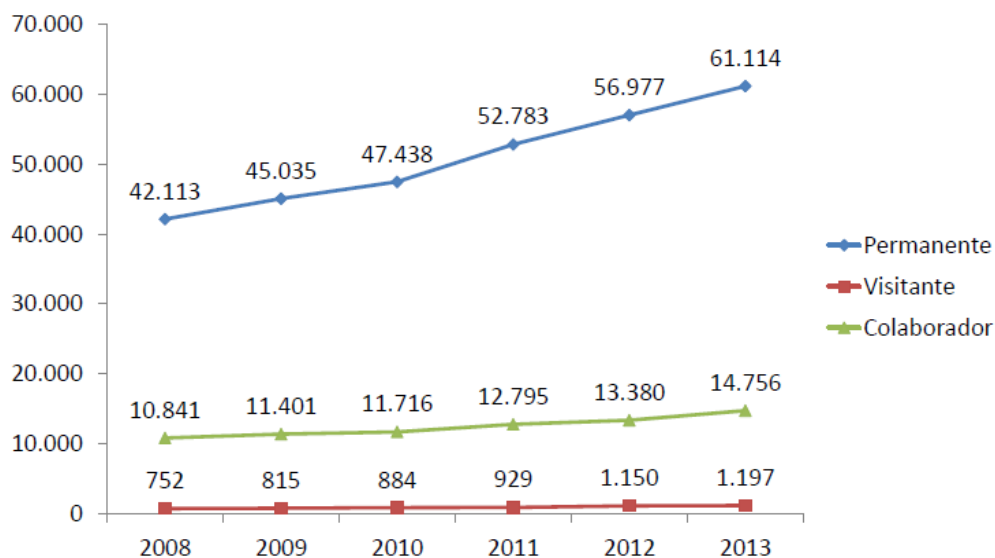
– QUADRO VI –
Pós-graduação: matriculados por nível



– QUADRO VII –
Pós-graduação: titulados por nível



– QUADRO VIII –
Docentes na pós-graduação



Fonte: GeoCapes

A nossa pós-graduação *stricto sensu* está organizada dentro de um amplo sistema, que contempla aspectos como financiamento, avaliação, títulos, vínculos institucionais etc. O aspecto primeiro que interessa, aqui, diz respeito à caracterização do pós-graduando dentro do sistema.

A pós-graduação no Brasil, assim como na maior parte do mundo, se não na totalidade dos países, é a última etapa da formação escolar de recursos humanos. Não por acaso, os cursos de pós-graduação são de responsabilidade exclusiva de instituições acadêmicas e têm objetivos formativos associados ao domínio do método científico.

Assim, o curso de mestrado – primeira etapa da pós-graduação – visa ensinar ao aluno como utilizar o método científico. Sua dissertação de mestrado deve ser, assim, uma demonstração de que ele aprendeu como funciona o método científico.

Já o doutorado – etapa conclusiva da pós-graduação – é a oportunidade que o aluno tem para exercitar autonomamente a utilização do método científico. Ele confirma esse aprendizado ao oferecer para a ciência, por meio de sua tese de doutorado, um conhecimento inédito.

Como a pós-graduação visa formar recursos humanos ultra qualificados, o Estado brasileiro resolveu atribuir bolsas de estudo para os alunos desse nível. Ou seja, se nos níveis anteriores, até a graduação, há o compromisso do Estado com a gratuidade do ensino, na pós-graduação o Estado vai além e contribui também com a manutenção do estudante. A bolsa de estudo, portanto, é um investimento do Estado para que o país possa contar com mestres e doutores para atuar nas diferentes áreas de interesse do próprio Estado e da sociedade: saúde, educação, habitação, desenvolvimento tecnológico, produção de alimentos, produção industrial, preservação ambiental, etc, etc. A pós-graduação, ao promover a formação qualificada de recursos humanos para o desenvolvimento educacional, econômico, social e ambiental do país, tem reflexos nos principais pilares da vida nacional.

Importante notar que o caráter formativo da pós-graduação se expressa fortemente por meio da concessão de bolsas para o pós-graduando estudar no exterior, notadamente em universidades que oferecem formação melhor do que ocorre nas universidades brasileiras ou em áreas ainda não atendidas pela pós-graduação no Brasil. Ou seja, nosso Estado investe na formação de um pós-graduando no exterior, para que ele, quando voltar ao Brasil, nos traga conhecimentos que ainda não temos.

O Quadro IX mostra o crescimento do número de bolsas de estudo para pós-graduandos brasileiros no Brasil e no exterior.

– QUADRO IX –
Bolsas de estudos concedidas por agências de fomento brasileiras,
federais e estaduais, para pós-graduandos no Brasil e no exterior.

Ano	CNPq			Capes			FAPs
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total	Total
2000	65.570	935	66.505	20.490	2.438	22.928	-
2001	69.621	1.262	70.883	21.430	2.512	23.942	-
2002	69.182	1.163	70.345	23.413	2.498	25.911	-
2003	73.920	914	74.834	27.360	2.684	30.044	-
2004	78.040	870	78.910	27.847	2.977	30.824	-
2005	80.840	778	81.618	27.896	3.586	31.482	-
2006	87.737	834	88.571	32.199	3.965	36.164	28.392
2007	92.057	986	93.043	32.070	4.043	36.113	34.069
2008	96.334	1.118	97.452	42.305	4.135	46.440	40.606
2009	108.043	1.093	109.136	47.153	4.346	51.499	48.872
2010	130.572	1.005	131.577	58.107	4.902	63.009	53.748
2011	144.964	1.092	146.056	72.071	6.361	78.432	47.501
2012	146.969	8.451	155.420	77.904	11.983	89.887	48.894
2013	150.246	14.984	165.230	87.678	*	*	*
2014	155.554	18.270	173.824	*	*	*	*

Fonte: Capes

A pós-graduação, portanto, ao ser, do ponto vista educacional, uma etapa formativa, e do ponto de vista financeiro, um investimento do Estado na preparação de recursos humanos ultra qualificados, ela jamais pode ser entendida como uma relação empregador-empregado, a ser regida por regras trabalhistas. Pós-graduação não é componente do mercado de trabalho. Mesmo porque, a figura do empregador não existe. Da mesma forma, o estudante não é um empregado. E os resultados dos estudos do pós-graduando – sua dissertação de mestrado ou sua tese de doutorado – pertencem, ao mesmo tempo, a ele e ao mundo. Ninguém – nem o Estado que proveu o sustento do pós-graduando, nem a instituição acadêmica que ofereceu o curso de pós-graduação – pode se apropriar dos resultados do trabalho do pós-graduando. Há, ainda, outros aspectos a se destacar.

Um deles, é que o objeto ou tema do estudo ou da pesquisa tanto do mestrado como do doutorado é de livre escolha do pós-graduando. Diferentemente de uma relação empregador-empregado, em que o primeiro, conforme seus interesses, determina ao

segundo o que ele deve fazer, na pós-graduação é o aluno que escolhe com que tema ou assunto vai se ocupar. O orientador, como define o vocábulo, tem a função apenas de ajudar a conduzir o pós-graduando pelos caminhos da ciência que ele, orientador, já sabe trilhar.

Outro aspecto é que o pós-graduando não é contratado para fazer uma dissertação ou uma tese, tal qual uma empresa ou uma instituição de pesquisa contrata um biólogo, um engenheiro ou um geógrafo para executar um determinado trabalho. A realização da dissertação ou da tese é de iniciativa do aluno de pós-graduação: ele é que procura a universidade ou instituto de pesquisa, e não inversamente.

Mais um aspecto é que o título de mestre ou de doutor pertence ao pós-graduado, e não à universidade que o formou ou ao Estado que, por meio da bolsa de estudo, proveu seu sustento.

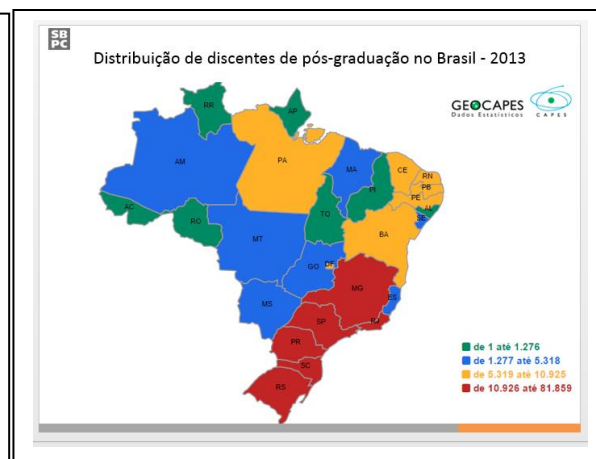
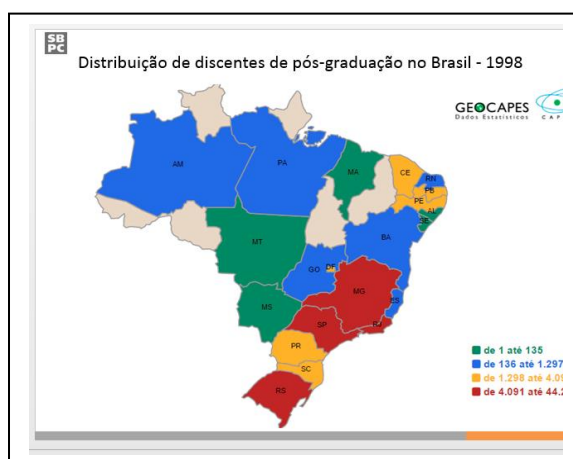
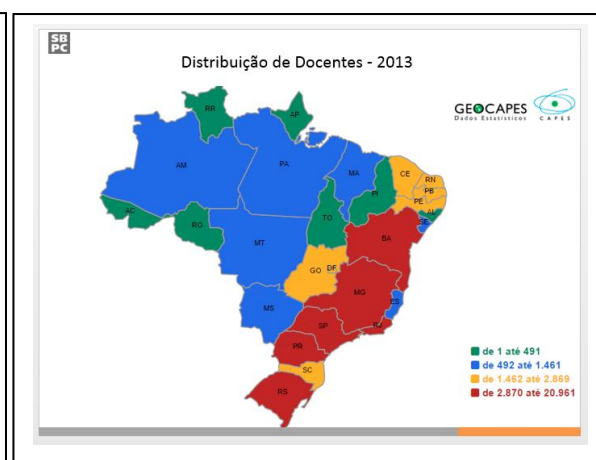
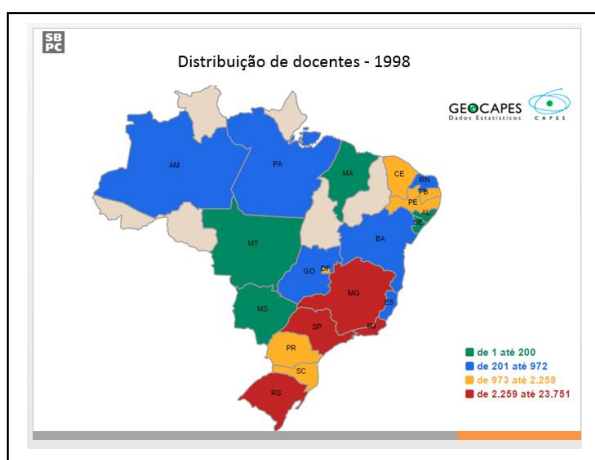
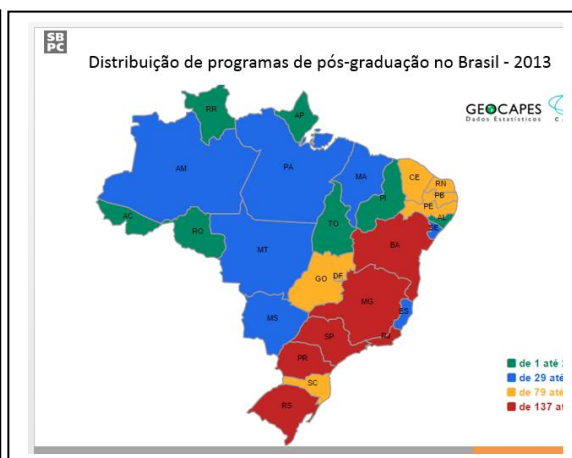
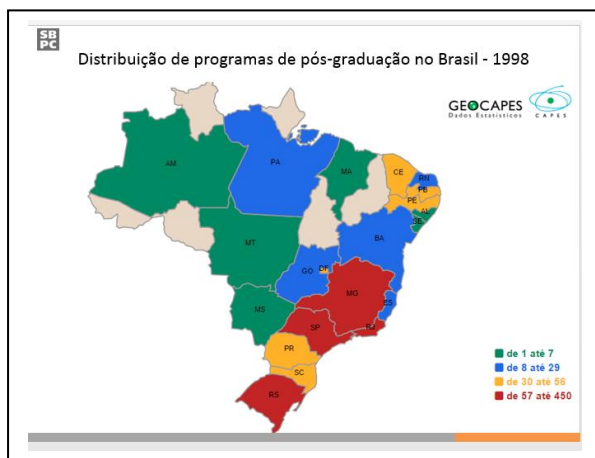
Com base nas características aqui apresentadas da pós-graduação, fica claro que o pós-graduando não pode ser considerado um cientista no sentido pleno da palavra, pois ele ainda está em fase de aprendizado, e nem um empregado, pois a dissertação ou a tese não são tarefas profissionais e tampouco existe a figura do empregador que auferirá lucro às custas do trabalho do pós-graduando.

Ademais, não são todos os pós-graduandos que serão cientistas ou pesquisadores. Por razões diversas, cada vez mais cresce o número de pessoas que cursam a pós-graduação por motivos alheios à produção científica. São profissionais que estão no mercado de trabalho e fazem um curso de pós-graduação com o objetivo de se qualificar para desempenhar funções mais complexas e melhor remuneradas nas organizações onde já trabalham, ou mesmo somente para atender uma vontade pessoal de crescimento intelectual. Ou seja, não há sentido em caracterizar todo pós-graduando como um cientista.

Portanto, a pós-graduação visa a formação qualificada de recursos humanos para o desenvolvimento do país em sentido amplo: científico, educacional, econômico, social, ambiental etc, etc. O sucesso da pós-graduação brasileira é consequência de uma política do Estado brasileiro, que transcende a mudança de governos desde os idos de

1950. O nosso modelo de pós-graduação é motivo de orgulho nacional e – vale frisar – vem sendo reverenciado mundialmente.

As imagens a seguir mostram a evolução da pós-graduação no território brasileiro:



CONCLUSÃO

Com base no exposto, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências reafirmam sua posição contrária à aprovação do PLS Nº 212, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

O sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação está adequadamente formatado no que se refere à categorização profissional dos que trabalham nas universidades, institutos de pesquisa e empresas, nas atividades relacionados aos estudos, à pesquisa e à produção científica.

O fato de não termos regulamentada a profissão de cientista não significa nenhum tipo de problema para a ciência brasileira e suas instituições. Inversamente, porém, tudo nos faz crer que a regulamentação da profissão de cientista, isto sim, resultaria em implicações onerosas para o país, notadamente para as instituições – públicas e privadas – que empregam pesquisadores: criação de leis e regulamentos nas esferas federal e das 27 unidades da federação; reformulação de planos de carreiras em empresas; estabelecimento de regras de transição entre os sistemas contratuais vigentes e os futuros; custos financeiros desnecessários...

O sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação é, efetivamente, federativo, transparente e democrático. Ele foi construído aos poucos, sempre com a participação predominantemente harmoniosa dos entes envolvidos: poder executivo federal e dos estados; poder legislativo idem; agências de fomento idem; universidades e institutos de pesquisa; empresas públicas e privadas. A definição dos aspectos profissionais relacionados ao sistema de ciência e tecnologia seguiu esses mesmos passos, buscando-se situações equilibradas e justas, e que representasse o que era melhor para todas as partes envolvidas. Não houve imposições nem licenciosidade; o consenso é uma das marcas do nosso sistema de produção científica e tecnológica.

Ao lado de sua forte característica federativa, a harmonia do nosso sistema de C&T&I é confirmada pela constante evolução do seu marco legal. Agora mesmo, por iniciativa de diversas instituições, nosso Congresso Nacional vem discutindo aperfeiçoamentos na legislação de ciência e tecnologia, de modo a melhorar a eficiência de nossas

instituições e, por conseguinte, aumentar a contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país.

A propósito, esta é a principal agenda das instituições de ciência e tecnologia e da comunidade científica brasileira: aprimorar os mecanismos para que a ciência, a tecnologia e a inovação se tornem protagonistas do desenvolvimento sustentável brasileiro, em termos econômicos, sociais e ambientais. Dessa agenda, temos que ser sinceros, não faz parte a regulamentação da profissão de cientista.

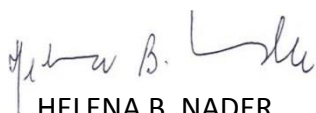
Da mesma forma, esse assunto parece não preocupar a comunidade científica de outros países: mundialmente não existe a profissão de cientista, pois existe a compreensão de praticar a ciência não é prerrogativa exclusiva de um segmento profissional.

Em resumo, o mundo entende que cientista é ocupação não profissão. Num modo livre de pensar, são cientistas os professores universitários, os pesquisadores de institutos de pesquisa e de empresas públicos e privados, os estudantes de graduação que fazem iniciação científica e os de pós-graduação e pós-doutorado, além dos autodidatas.

Por fim, cabe uma observação importante: ainda que tivessem liberdade para tanto, não há registro de instituições acadêmicas ou de empresas que, mesmo ao realizarem intensamente atividades de pesquisa científica, tenham optado por criar a carreira de cientista entre seus funcionários. É um sinal inequívoco de que a regulamentação da profissão de cientista no Brasil é uma questão extemporânea e desnecessária.

Assim, a ABC e a SBPC posicionam-se contrárias à regulamentação da profissão de cientista. Solicitam, portanto, aos senhores parlamentares que não levem adiante essa iniciativa, com consequências graves ao país, que deixará de formar recursos humanos qualificados com a justificativa da empregabilidade.

São Paulo, 31 de agosto de 2015


HELENA B. NADER
Presidente da SBPC
JACOB PALIS
Presidente da ABC